

# Folha Informativa SRADR

2024-02-27



República Portuguesa

## Notícias

### ❖ AGRIFISH | Portugal defende simplificação administrativa e ajustamento das regras regulamentares

1. Portugal, representado pela Ministra da Agricultura e da Alimentação, apelou a ajustamentos das normas face ao atual contexto.
2. Foi ainda defendida a necessidade de alterar as regras sobre as modificações dos planos estratégicos, a par de uma repartição equitativa do valor na cadeia alimentar.

Na reunião do Agrifish (Conselho de Ministros de Agricultura e Pescas) e face ao atual contexto, Portugal defendeu o reforço da ambição no campo da simplificação administrativa e no que respeita ao ajustamento das regras regulamentares.

Reconhecendo como legítimo o descontentamento do setor fruto de vários fatores que afetaram a zona euro, este Agrifish decorreu com a vontade partilhada de apresentar resultados e "com um sinal claro de apoio para garantir a previsibilidade aos agricultores e ajustar a PAC ao contexto global presente".

Portugal propôs ainda dois níveis de respostas. Aposta na simplificação administrativa e alteração dos regulamentos base, a saber:

- Flexibilidade entre pilares e reforçar os apoios ao rendimento aos agricultores.
- Alterações na BCAA 7 sobre rotação de culturas com vista a uma aplicação com maior flexibilidade às condições naturais da nossa agricultura.
- Derrogação da norma que prevê a revisão dos planos estratégicos para integração, durante o período de programação, já de si muito curto, das sucessivas alterações na legislação decorrente do Pacto Ecológico.
- Apoio à iniciativa da CE em examinar todos os instrumentos, à disposição, com vista à melhoria da posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar e lutar contra práticas comerciais desleais.

Em alinhamento com a Presidência do Conselho, Portugal defende que as propostas apresentadas num documento de trabalho da Comissão Europeia é um primeiro passo para responder a questões de natureza administrativa, mas que carece de concretização: "A nosso ver é essencial que a Comissão apresente, nas próximas semanas, medidas mais ambiciosas com impacto de curto, médio e longo prazo", defendeu a Ministra da Agricultura e da Alimentação.

A Comissão tem ainda intenção de atuar a vários níveis:

- Flexibilizar, de forma permanente, as BCAAs 1, 6, 7 e 8 e a introdução de exceções às sanções em 2024.
- Serão emitidas novas *guidelines* sobre cláusulas de força maior e condições excecionais.
- Definição de cláusulas de salvaguarda e um travão de emergência para a importação de ovos, frangos e açúcar da Ucrânia.
- Reflexão sobre a possibilidade de transferência de algumas regras obrigatórias da condicionalidade para os regimes voluntários dos ecoregimes.

Neste enquadramento, aguarda-se com expectativa a materialização das propostas enunciadas pela Comissão.

**Fonte - [AGRIFISH | Portugal defende simplificação administrativa e ajustamento das regras regulamentares - XXIII Governo - República Portuguesa](#)**

### ❖ «Raças Autóctones Portuguesas e Serviços do Ecosistema»

Foi publicado na Revista [Voz do Campo](#), de fevereiro 2024, o artigo sobre «Raças Autóctones Portuguesas e Serviços do Ecosistema» elaborado no âmbito das atividades da Comissão Nacional de Coordenação e Acompanhamento do Plano Nacional para os Recursos Genéticos Animais, presidida pelo investigador do INIAV, Nuno Carolino, que contou com a participação da DGAV enquanto membro desta Comissão.

# Folha Informativa SRADR

2024-02-27

## Notícias

**Autores:** Nuno Carolino, Pedro Vieira, Rui Dantas, Pedro Espadinha, Samuel Pinto, Claudino Matos, Andrea Cortinhas, José Pedro Araújo, António Vicente.  
Aceda [aqui](#) ao artigo.

**Fonte** - «Raças Autóctones Portuguesas e Serviços do Ecosistema» – DGAV

## Eventos

### ❖ II Semana da Agricultura no Centro das Atividades em março | UTAD – 18 a 21 de março

A Organização da II Semana da Agricultura tem o prazer de anunciar o lançamento do seu programa, que acontecerá de 18 a 21 de março no polo I do Edifício das Ciências Agrárias e Veterinárias.

Este evento, que se tornou uma referência no calendário académico e profissional, promete oferecer uma experiência enriquecedora e emocionante para todos os participantes. Desde alunos a professores e profissionais do setor, a II Semana da Agricultura visa proporcionar palestras repletas de conhecimento, workshops interativos e demonstrações práticas de última geração.

O objetivo principal é aliar a teoria à prática, permitindo que os participantes mergulhem no mundo dinâmico e desafiador da agricultura moderna. Com um leque diversificado de temas, abrangendo desde inovações tecnológicas até práticas agrícolas sustentáveis, espera-se que esta segunda edição seja ainda mais cativante e inspiradora do que a anterior.

Os interessados em participar são incentivados a inscreverem-se o mais rápido possível, garantindo assim o seu lugar neste ambiente de aprendizagem único. As inscrições já estão abertas e podem ser feitas através do site oficial do [evento](#) ou diretamente pelo link de inscrição [aqui](#).

Para mais informações entre em contato com a equipa organizadora através do email [semanadagriculturautad@gmail.com](mailto:semanadagriculturautad@gmail.com)

**Fonte** - Rede Rural Nacional - II Semana da Agricultura no Centro das Atividades em Março | UTAD



## União Europeia



## Notícias da Comissão Europeia

### ❖ Lutar contra as práticas comerciais desleais: Comissão Europeia recolhe opiniões de agricultores e operadores da cadeia de abastecimento alimentar

A Comissão Europeia está a convidar os agricultores e todos os pequenos fornecedores da cadeia de abastecimento alimentar a partilharem as suas opiniões sobre a sua experiência com práticas comerciais desleais. Um inquérito está atualmente disponível em linha em todas as línguas da UE até 15 de março de 2024. Nas últimas semanas, os agricultores e as suas associações manifestaram a sua preocupação com a prevalência de práticas desleais na cadeia de abastecimento alimentar. Ao participar no inquérito, os agricultores e os pequenos fornecedores podem expressar as suas preocupações e partilhar a sua experiência com práticas comerciais desleais. Depois de apresentar [opções de simplificação](#) para reduzir os encargos para os agricultores da UE, a Comissão está também a trabalhar em ações para melhorar a posição dos agricultores na cadeia alimentar e para melhorar a aplicação da legislação contra as práticas comerciais desleais.

O inquérito, gerido conjuntamente pelo Centro Comum de Investigação e pela Direção-Geral da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Comissão Europeia, visa especificamente os agricultores e os pequenos fornecedores da UE que operam na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar, abrangendo várias fases da produção e da distribuição. Os inquiridos podem

# Folha Informativa SRADR

2024-02-27



## Notícias da Comissão Europeia

partilhar se foram vítimas de práticas comerciais desleais ultimamente por parte de compradores economicamente mais fortes.

Antes de um produto chegar ao consumidor, a cadeia de abastecimento alimentar conta com a participação de vários intervenientes no mercado (produtores, transformadores, retalhistas, etc.), que aumentam o seu valor e influenciam o preço final pago pelo consumidor. O abuso do poder de negociação entre os diferentes operadores da cadeia de abastecimento pode, por vezes, conduzir a práticas comerciais desleais que podem ter efeitos prejudiciais.

Com base numa [proposta da Comissão](#), o Parlamento Europeu e o Conselho adotaram, em abril de 2019, uma [diretiva relativa às práticas comerciais desleais](#) (PCD) nas relações entre empresas na cadeia de abastecimento agrícola e alimentar. A diretiva proíbe várias práticas comerciais desleais que se verificavam com demasiada frequência: atrasos nos pagamentos de produtos alimentares perecíveis e não perecíveis; cancelamentos de encomendas de última hora; alterações unilaterais ou retroativas dos contratos; obrigar o fornecedor a pagar por produtos desperdiçados e recusar contratos escritos. A proposta permite igualmente que os agricultores se manifestem de forma confidencial e segura e que as autoridades lancem inquéritos sectoriais para identificar e sancionar práticas comerciais desleais.

Os Estados-Membros, responsáveis pela aplicação destas regras, deviam transpor a diretiva para o seu quadro jurídico nacional até 1 de maio de 2021 e aplicá-la seis meses mais tarde. Para fazer o balanço da prevalência das práticas comerciais desleais proibidas e avaliar a eficácia das medidas tomadas a nível nacional, a Comissão está a realizar [inquéritos anuais](#). O inquérito atualmente em curso é o terceiro desde o primeiro inquérito de base realizado antes da aplicação da diretiva. Os resultados serão utilizados na avaliação das regras atuais que a Comissão deve efetuar até 1 de novembro de 2025. O inquérito do ano passado revelou, por exemplo, que mais de 60% dos inquiridos nem sequer tinham conhecimento da existência das autoridades de execução. Isto mostra que é possível fazer mais, tanto em termos de sensibilização para a proteção disponível para os agricultores e os pequenos fornecedores como no que respeita à aplicação da lei quando são apresentadas queixas.

Para reforçar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar, a Comissão apresentará em março aos Estados-Membros várias ações que podem abranger questões como a transparência do mercado na cadeia de valor, a aplicação da diretiva contra as práticas comerciais desleais e a sua execução, os custos de produção ou um controlo mais homogéneo das regras em vigor relativas aos produtos agrícolas importados.

**Fonte** - [Fighting against unfair trading practices: European Commission gathers views from farmers and operators in the food supply chain - European Commission \(europa.eu\)](#)



### Comissão Europeia publica relatório sobre exploração de cenários para a bioeconomia da UE

O Joint Research Center da Comissão Europeia publicou um relatório "Ferramenta de previsão do Sistema de Exploração de Cenários para a bioeconomia da UE", que resultou de uma série de workshops. Os objetivos dos workshops de bioeconomia estimular as principais partes interessadas a desenvolver reflexões prospetivas e estratégicas sobre os vários aspectos da bioeconomia a fim de informar o debate político da bioeconomia sobre ações e perspetivas formuladas a partir das discussões.

Em 2022 e 2023, o Centro de Conhecimento para Bioeconomia da Comissão Europeia organizou três workshops para explorar cenários de previsão bioeconómica desenvolvidos em 2020. Com a ajuda de um jogo científico e de uma ferramenta de previsão denominada Sistema de Exploração de Cenários, as partes interessadas em vários setores da bioeconomia foram envolvidas num papel-exercício de jogo envolvendo discussões altamente interativas. Durante os workshops, os participantes foram convidados a desenvolver um pensamento estratégico e prospetivo sobre a bioeconomia.

Em particular, foram convidados a refletir sobre aspetos como o papel dos diferentes intervenientes na alavancagem das características únicas da bioeconomia e a sua contribuição para o Pacto Ecológico Europeu, uma bioeconomia que inclua as regiões deixadas para trás e como envolver os cidadãos a adotar estilos de vida que contribuam para uma transição verde sustentável e justa.

A análise das dinâmicas e discussões durante os workshops revelou que as partes interessadas da bioeconomia reunidas consideram a colaboração entre os intervenientes da bioeconomia como um instrumento para o sucesso, tendo em conta a

# Folha Informativa SRADR

2024-02-27



## Notícias da Comissão Europeia

importância de diferentes perspetivas e de responsabilidades partilhadas, mas claras. Além disso, algumas ações revelaram-se mais eficazes do que outras na promoção do desenvolvimento regional e rural.

As ações exemplares foram a colaboração, o financiamento, a partilha de conhecimentos e a comunicação, ações com enfoque regional e rural e ações inclusivas para alcançar grupos sociais deixados para trás. Em relação aos estilos de vida sustentáveis, observou-se que os consumidores precisam ser incluídos no processo de tomada de decisão, pois podem influenciar a procura por produtos sustentáveis e de baixo carbono. As conclusões dos workshops foram utilizadas como base para formular implicações políticas que poderiam contribuir para o debate político sobre a bioeconomia.

Aceda ao [Relatório](#).

**Fonte** - Rede Rural Nacional - Comissão Europeia publica relatório sobre exploração de cenários para a bioeconomia da UE



## Eventos da Comissão Europeia



### Workshop 'Promover a Agricultura Amiga das Abelhas' – 18 e 19 de junho

A EU CAP Network convida à participação no workshop intitulado 'Promover a Agricultura Amiga das Abelhas'.

O workshop, organizado pela EU CAP Network, terá lugar em Ljubljana, Eslovénia, nos dias 18 e 19 de junho de 2024, com foco na promoção de práticas agrícolas amigas das abelhas.

Procuram-se agricultores, representantes de associações agrícolas, investigadores e outros interessados em partilhar conhecimentos e experiências sobre este tema.

A participação no evento é gratuita, contudo, é **obrigatória a inscrição até 29 de fevereiro de 2024**. Aceda a [mais informações](#) e preencha o [formulário](#) de inscrição.

**Fonte** - Rede Rural Nacional - Workshop 'Promover a Agricultura Amiga das Abelhas'



## Notícias do Conselho



### Conselho "Agricultura e Pescas", 26 de fevereiro de 2024

#### PRINCIPAIS RESULTADOS

#### Agricultura

#### ✓ Respostas rápidas e estruturais à situação de crise que o sector agrícola enfrenta

Tendo como pano de fundo os protestos dos agricultores em curso e com base em informações da Presidência Belga e num documento informal sobre simplificação elaborado pela Comissão Europeia, os Ministros da Agricultura debateram a atual crise e os desafios do sector.

O Conselho confirmou a sua **vontade política** de responder eficazmente às preocupações dos agricultores e, como primeiro passo, chegou a acordo sobre um conjunto de medidas concretas que devem constituir uma prioridade para a **resposta a curto prazo** à atual crise, e ofereceu **orientações políticas** para o caminho a seguir e para uma **abordagem estrutural** a médio e longo prazo.

“O resultado da nossa reunião mostra que estamos a ouvir os agricultores e que os ouvimos alto e bom som. Estamos empenhados em ajudar a aliviar as pressões que enfrentam e em oferecer-lhes soluções concretas. As prioridades das medidas de simplificação que acordámos reduzirão a carga administrativa dos agricultores e dar-lhes-ão a flexibilidade de que necessitam. Estamos também a olhar para o futuro, para melhorar a posição dos agricultores na cadeia de abastecimento alimentar,



# Folha Informativa SRADR

2024-02-27



## Notícias do Conselho

assegurando simultaneamente o respeito dos nossos compromissos em matéria de sustentabilidade ambiental.” - David Clarinval, Vice-Primeiro-Ministro belga e Ministro dos Trabalhadores Independentes, das PME e da Agricultura, da Reforma Institucional e da Renovação Democrática

Os ministros tomaram nota de que o **Conselho Europeu**, nas suas conclusões de 1 de fevereiro de 2024, recordou o **papel essencial da política agrícola comum (PAC)** na resposta às preocupações expressas pelos agricultores e mandou o Conselho e a Comissão para prosseguirem os trabalhos.

Durante a sua reunião, o Conselho congratulou-se com as recentes decisões anunciadas pela Comissão neste contexto, tais como a **isenção parcial das regras relativas às terras em pousio**, a chamada norma 8 relativa às boas condições agrícolas e ambientais (BCAA 8), a retirada da proposta de regulamento relativo à utilização sustentável dos pesticidas (**SUR**) e as **salvaguardas adicionais** na proposta de renovação das medidas comerciais autónomas para as importações provenientes da **Ucrânia**.

No âmbito da troca de pontos de vista, o Conselho debateu as medidas de curto prazo destinadas a **simplificar e reduzir os encargos administrativos** com que os agricultores se confrontam e salientou que a UE deve reagir às preocupações dos agricultores.

O Conselho baseou este debate nas sugestões apresentadas pelos Estados-Membros antes da reunião de hoje, bem como num documento que contém **medidas de simplificação** transmitidas pela Comissão.

As ações a curto prazo propostas pela Comissão e aprovadas hoje pelo Conselho têm em conta os contributos das **organizações agrícolas** da UE, bem como as contribuições do Comité Agrícola do Parlamento Europeu.

Estas ações centram-se na redução dos encargos administrativos e da burocracia, tanto para os **agricultores como para as administrações nacionais**.

Uma das ações sobre as quais o Conselho chegou a acordo diz respeito a **alterações às regras** da norma **BCAA 1**, que impõe a obrigação de manter as superfícies de prados permanentes estáveis em relação ao ano de referência de 2018.

Nos termos das BCAA 1, os antigos criadores de gado com grandes superfícies de prados que, devido a perturbações do mercado no sector da carne e dos produtos lácteos, se viram forçados a mudar para a produção de culturas arvenses, poderiam ser convidados a reconverter as suas terras aráveis em prados permanentes. Tal poderia conduzir a uma perda de rendimento para esses agricultores. Por conseguinte, o Conselho congratulou-se com a proposta da Comissão de **alterar as regras das BCAA 1** até meados de março, a fim de garantir que as mudanças estruturais causadas por uma redução do efetivo pecuário sejam tidas em conta e que os agricultores sem gado não sejam obrigados a reconverter as terras aráveis em pastagens ou prados.

No que se refere às **BCAA 6**, o Conselho convidou a Comissão a rever as práticas possíveis de cobertura dos solos, a fim de ter em conta as características regionais, para que os agricultores possam beneficiar de uma **maior flexibilidade**. A Comissão analisará esta possibilidade e apresentará orientações em abril.

Outra medida saudada pelos ministros é a próxima revisão pela Comissão da metodologia de avaliação da qualidade do **Sistema de Monitorização de Áreas (AMS)**. O AMS é um sistema baseado na análise automatizada de imagens de satélite do Copernicus. Esta revisão, prevista para março de 2024, contribuirá significativamente para reduzir o número de visitas às explorações agrícolas pelas administrações nacionais, em alguns casos em 50 % ou mais.

Além disso, o Conselho congratulou-se com o facto de a Comissão ir publicar uma nota explicativa para explicar e clarificar a utilização do chamado conceito de **força maior** ou de **circunstâncias excecionais**.

Este conceito assegura que os agricultores que não possam cumprir todos os seus requisitos da PAC devido a acontecimentos excecionais e imprevisíveis fora do seu controlo (como em casos de secas ou inundações graves) não sejam penalizados. A publicação desta nota foi bem-recebida pelos Ministros da Agricultura, que já tinham salientado a **importância de melhorar a comunicação com os agricultores** e de garantir que estes disponham de **informações adequadas** sobre o apoio da PAC.

Tal como solicitado pelos **Estados-Membros**, a Comissão comprometeu-se a trabalhar em conjunto com eles para determinar possíveis formas de **racionalizar os controlos**, com o objetivo de reduzir os encargos administrativos para os agricultores.

O Conselho congratulou-se igualmente com o próximo **inquérito dirigido aos agricultores** que a Comissão lançará em março, a fim de assegurar que as **vozes dos agricultores sejam ouvidas**. Os Ministros da Agricultura salientaram a importância deste processo, que tem por objetivo identificar as principais fontes de preocupação dos agricultores e compreender quais os

# Folha Informativa SRADR

2024-02-27



## Notícias do Conselho

elementos decorrentes das regras da PAC que conduzem a maiores encargos administrativos. Os resultados do inquérito, juntamente com uma análise pormenorizada, deverão ser publicados pela Comissão no outono de 2024.

Além disso, o Conselho concordou que o processo de **alteração dos planos estratégicos da PAC** deve ser simplificado. Para o efeito, a Comissão comprometeu-se a trabalhar em conjunto com os Estados-Membros para os ajudar a simplificar as suas intervenções e facilitar as alterações aos planos estratégicos.

Para além destas ações a curto prazo destinadas a simplificar a vida quotidiana dos agricultores e a reduzir os encargos administrativos tanto para os agricultores como para as administrações nacionais, os ministros salientaram que é também necessária uma abordagem a longo prazo. Por conseguinte, o Conselho insistiu em que fossem analisadas formas de melhorar a situação dos agricultores a médio e **longo prazo**, incluindo a sua posição na **cadeia de abastecimento alimentar**.

O Conselho insistiu igualmente na necessidade de uma revisão dos atos de base da Política Agrícola Comum. Esta revisão deverá ser iniciada o mais rapidamente possível.

A este respeito, o Conselho salientou a sua determinação e vontade política de dar uma resposta efetiva às preocupações manifestadas pelos agricultores.

Com este objetivo global em mente, os Ministros da Agricultura forneceram **orientações políticas** para melhorar o papel dos **agricultores enquanto garantes da nossa segurança alimentar**, assegurando simultaneamente o respeito dos nossos compromissos em matéria de sustentabilidade ambiental. Para tal, serão necessárias alterações específicas dos atos de base da PAC, assegurando o equilíbrio dos efeitos dos acordos comerciais e ajudando as exportações agrícolas ucranianas a chegar aos seus mercados tradicionais.

O Conselho convidou o **Comité Especial da Agricultura** a continuar a analisar as sugestões e propostas debatidas pelos ministros, em conformidade com as **orientações políticas** dadas pelos ministros, e a apresentar um relatório ao Conselho.

Paralelamente, o **diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura** lançado pela Comissão continuará a decorrer, a fim de identificar formas de melhorar a PAC a longo prazo. A Presidência salientou a importância de assegurar que **as vozes dos Estados-Membros sejam ouvidas neste processo**.

Por último, a Presidência concluiu que comunicaria ao Conselho Europeu os resultados da reunião do Conselho.

- [Propostas de simplificação da Comissão \(informações gerais\)](#)
- [Reunião extraordinária do Conselho Europeu \(conclusões, 1 de fevereiro de 2024\)](#)
- [Diálogo estratégico sobre o futuro da agricultura da UE \(informações gerais\)](#)
- [Política agrícola comum 2023-2027 \(informações gerais\)](#)
- [Do Prado ao Prato \(informações gerais\)](#)

### ✓ Outros Assuntos

Estavam igualmente inscritos na ordem do dia vários pontos "**Diversos**".

Na presença de **Hilde Crevits, Ministra belga flamenga do Bem-Estar, da Saúde Pública e da Família e responsável pelas Pescas**, o Conselho recebeu informações sobre dois pontos "**Diversos**" relacionados com as pescas.

As **Delegações Dinamarquesa e Sueca** informaram os Ministros sobre as **medidas unilaterais de gestão das pescas** introduzidas pelo Reino Unido relativamente à galeota. Além disso, a **Comissão** forneceu aos ministros informações sobre a utilização do sistema digital "CATCH" para combater a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada.

Além disso, a **Presidência belga** forneceu ao Conselho informações sobre os resultados da conferência ministerial **sobre biossegurança e vacinação**, que teve lugar em 24 de janeiro de 2024. As delegações salientaram a importância da vacinação não só como instrumento de prevenção, mas também como medida complementar de luta contra doenças como a GAAP e a PSA.

Por último, o Conselho recebeu informações das delegações romena e polaca sobre as BCAA 7 e 8, da delegação italiana sobre a agricultura, a PAC e a soberania alimentar, da delegação eslovaca sobre os apelos dos agricultores a um setor agrícola competitivo e resiliente, e da delegação polaca sobre o objetivo de redução da UE para 2040.

- [Medidas de gestão unilateral das pescas introduzidas pelo Reino Unido \(informação da Delegação Dinamarquesa\)](#)
- [Utilização obrigatória do sistema digital "CATCH" para lutar contra a pesca ilegal, não declarada e não regulamentada \(informações da Comissão\)](#)

# Folha Informativa SRADR

2024-02-27



## Notícias do Conselho

- [Conferência ministerial sobre biossegurança e vacinação \(informações da Presidência\)](#)
- [O objetivo de redução da UE para 2040 e o sector agrícola \(informações da Delegação Polaca\)](#)

**Fonte** - Agriculture and Fisheries Council - Consilium (europa.eu)